



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 74/XV/ 1.ª SL

Aos 11 dias do mês de janeiro de 2023, pelas 10:07 horas, reuniu a Comissão De Orçamento E Finanças, na Sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Discussão e votação do parecer da [Proposta de Lei n.º 35/XV/1.ª \(GOV\)](#) – Altera o regime de um conjunto de benefícios fiscais; Relatora: Deputada Carla Castro (IL)
2. Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 408/XV/1.ª \(IL\)](#) – Redução do valor das coimas por contraordenações económicas e criação do escalão de contraordenações muito leves (Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 9/2021, de 29 de janeiro); Relatora: Deputada Inês Sousa Real (PAN)
3. Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 417/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Cria incentivos fiscais à doação de alimentos e combate ao desperdício alimentar, procedendo à alteração do Estatuto dos Benefícios Fiscais e do Código do IRC; Relator: Deputado Carlos Brás (PS)
4. Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 418/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Possibilita a aplicação de IVA Zero à aquisição de bens alimentares essenciais durante o ano de 2023; Relator: Deputado Sérgio Ávila (PS)
5. Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 434/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Proceda à criação de mecanismos de transparência relativamente às taxas cobradas no âmbito estadual e das autarquias locais, e assegura a avaliação técnica independente das contrapartidas associadas à cobrança de cada uma das taxas existentes no âmbito estadual; Relator: Deputado Pedro Anastácio (PS)
6. Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 435/XV/1.ª \(CH\)](#) – Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 9/2021, de 29 de janeiro (Aprova o Regime Jurídico das Contraordenações Económicas), densificando o regime de recolha de meios de prova; Relator: Deputado Carlos Brás (PS)
7. Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 436/XV/1.ª \(CH\)](#) – Isenta de IVA os bens alimentares essenciais; Relatora: Deputada Patrícia Dantas (PSD)

Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 74/XV/ 1.ª SL

8. Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 449/XV/1.ª \(BE\)](#) – Estabelece a amnistia pelo incumprimento de pagamento de taxas de portagens;
Relator: Deputado Rui Afonso (CH)
9. Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 443/XV/1.ª \(L\)](#) – Introduce medidas promotoras de transparência na informação pré-contratual relativa à comercialização à distância de serviços financeiros;
Relator: Duarte Alves (PCP)
(6.ª CEOPPH - Comissão competente)
10. Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 450/XV/1.ª \(BE\)](#) – Altera a competência para a instrução de processos relativos ao não pagamento de taxas de portagem (décima alteração da Lei n.º 25/2006, de 30 de junho, que aprova o regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de infraestruturas rodoviárias onde seja devido o pagamento de taxas de portagem);
Relatora: Deputada Inês Sousa Real (PAN)
(6.ª CEOPPH - Comissão competente)
11. Discussão e votação do relatório da iniciativa europeia [COM\(2022\)597](#) – Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria o Instrumento de prestação de apoio à Ucrânia relativamente a 2023 (assistência macrofinanceira +);
Relatora: Deputada Ana Bernardo (PS)
12. Discussão e votação do relatório final da [Petição n.º 23/XV/1.ª](#) — GPL auto em Portugal;
Relator: Deputado Tiago Brandão Rodrigues (PS)
13. Fixação da redação final do texto dos [Projeto de Resolução n.º 244/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Recomenda ao Governo que “assegure o direito ao esquecimento”, dando início à negociação do acordo nacional relativo ao acesso ao crédito e a contratos de seguros por parte de pessoas que tenham superado ou mitigado situações de risco agravado de saúde ou de deficiência, de forma a operacionalizar o direito ao esquecimento consagrado na Lei n.º 75/2021, de 18 de novembro e [Projeto de Resolução n.º 273/XV/1.ª \(PS\)](#) – Recomenda ao Governo que promova a efetiva aplicação do «direito ao esquecimento», nos termos consagrados na Lei n.º 75/2021, de 18 de novembro, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 128.º do RAR;
14. Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 461/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Aprova um regime jurídico de transparência dos contratos, acordos e outros documentos relativos a operações que determinem a utilização ou disponibilização de fundos públicos relativamente a entidades pertencentes a sectores estratégicos e procede à segunda alteração da Lei Orgânica n.º 2/2014, de 6 de Agosto;
Cabe ao GP PSD
(1.ª CACDLG - em conexão)

Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 74/XV/ 1.ª SL

15. Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 465/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Põe fim à cobrança de comissões bancárias abusivas a todos os titulares de crédito, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 57/2020, de 28 de agosto;
Cabe ao GP PSD
 16. Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 468/XV/1.ª \(CH\)](#) – Adota normas de proteção do consumidor de serviços financeiros;
Cabe ao GP PS
 17. Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 475/XV/1.ª \(BE\)](#) – Estende a todos os contratos de crédito a proibição de cobrança de comissões previstas na Lei n.º 57/2020, de 23 junho (1ª alteração à Lei n.º 57/2020, de 23 de junho);
Cabe ao GP PS
 18. Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 476/XV/1.ª \(BE\)](#) – Consolidada e alarga a proibição de comissões, despesas ou encargos de outra natureza cobradas pelas instituições de crédito;
Cabe ao GP PS
 19. Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 479/XV/1.ª \(PS\)](#) – Adota normas de proteção do consumidor de serviços financeiros;
Cabe ao GP PSD
 20. Deliberação sobre emissão de parecer do [Projeto de Lei n.º 460/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Aprova um regime transitório de isenção de execução de penhora de bens imóveis para a satisfação de garantia real de créditos hipotecários;
Cabe ao GP PSD
(6.ª CEOPPH - Comissão competente)
 21. Deliberação sobre emissão de parecer do [Projeto de Lei n.º 464/XV/1.ª \(PCP\)](#) – Revogação do aumento decretado das taxas de portagem e limitação da sua atualização ao valor correspondente ao de 2022;
Cabe ao GP PS
(6.ª CEOPPH - Comissão competente)
 22. Outros assuntos.
-



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 74/XV/ 1.ª SL

1. **Discussão e votação do parecer da [Proposta de Lei n.º 35/XV/1.ª \(GOV\)](#) – Altera o regime de um conjunto de benefícios fiscais; Relatora: Deputada Carla Castro (IL)**

Não estando a Senhora Deputado Relatora presente e não se encontrando ainda agendada a iniciativa, o Senhor Presidente deu este ponto por adiado, para reunião subsequente.

2. **Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 408/XV/1.ª \(IL\)](#) – Redução do valor das coimas por contraordenações económicas e criação do escalão de contraordenações muito leves (Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 9/2021, de 29 de janeiro); Relatora: Deputada Inês Sousa Real (PAN)**

Este ponto foi tratado conjuntamente com o ponto n.º 10, para o qual se remete.

3. **Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 417/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Cria incentivos fiscais à doação de alimentos e combate ao desperdício alimentar, procedendo à alteração do Estatuto dos Benefícios Fiscais e do Código do IRC; Relator: Deputado Carlos Brás (PS)**

O Senhor Deputado Carlos Brás (PS) apresentou o parecer da sua autoria.

Não se verificando quaisquer pedidos de palavra, o Senhor Presidente colocou o parecer à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, na ausência do GP IL, GP BE, DURP PAN e DURP L.

4. **Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 418/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Possibilita a aplicação de IVA Zero à aquisição de bens alimentares essenciais durante o ano de 2023; Relator: Deputado Sérgio Ávila (PS)**

O Senhor Deputado Sérgio Ávila (PS) apresentou o parecer da sua autoria.

A Senhora Deputada Patricia Dantas (PSD) tomou a palavra para agradecer ao Senhor Deputado o seu trabalho.

Não se verificando mais pedidos de palavra, o Senhor Presidente colocou o parecer à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, na ausência do GP IL, GP BE, DURP PAN e DURP L.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 74/XV/ 1.ª SL

5. **Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 434/XV/1.ª \(PAN\)](#) –** **Procede à criação de mecanismos de transparência relativamente às taxas cobradas no âmbito estadual e das autarquias locais, e assegura a avaliação técnica independente das contrapartidas associadas à cobrança de cada uma das taxas existentes no âmbito estadual;**
Relator: Deputado Pedro Anastácio (PS)

O Senhor Deputado Pedro Anastácio (PS) apresentou o parecer da sua autoria.

A Senhora Deputada Isaura Morais (PSD) pediu a palavra para agradecer ao Senhor Deputado o parecer e a apresentação.

Não se verificando mais pedidos de palavra, o Senhor Presidente colocou o parecer à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, na ausência do GP IL, GP BE, DURP PAN e DURP L.

6. **Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 435/XV/1.ª \(CH\)](#) –** **Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 9/2021, de 29 de janeiro (Aprova o Regime Jurídico das Contraordenações Económicas), densificando o regime de recolha de meios de prova;**
Relator: Deputado Carlos Brás (PS)

O Senhor Deputado Carlos Brás (PS) apresentou o parecer da sua autoria.

O Senhor Deputado Artur Soveral Andrade (PSD) tomou a palavra para agradecer ao Senhor Deputado o seu trabalho e deixar registado o elogio aos Serviços pelo seu trabalho.

Não se verificando mais pedidos de palavra, o Senhor Presidente colocou o parecer à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, na ausência do GP IL, GP BE, DURP PAN e DURP L.

7. **Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 436/XV/1.ª \(CH\)](#) –** **Isenta de IVA os bens alimentares essenciais;**
Relatora: Deputada Patrícia Dantas (PSD)

A Senhora Deputada Patricia Dantas (PSD) apresentou o parecer da sua autoria.

O Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) agradeceu à Senhora Deputada a sua apresentação, informando que iria votar favoravelmente o parecer.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 74/XV/ 1.ª SL

Não se verificando pedidos de palavra adicionais, o Senhor Presidente colocou o parecer à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, na ausência do GP IL, GP BE, DURP PAN e DURP L.

- 8. Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 449/XV/1.ª \(BE\)](#) – Estabelece a amnistia pelo incumprimento de pagamento de taxas de portagens;
Relator: Deputado Rui Afonso (CH)**

O Senhor Deputado Rui Afonso (CH) apresentou o seu parecer.

O Senhor Deputado Carlos Eduardo Reis (PSD) agradeceu a elaboração do parecer.

De seguida, o Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) tomou a palavra para, no mesmo sentido, agradecer o parecer e, bem assim, o trabalho dos serviços.

Não se verificando pedidos de palavra adicionais, o Senhor Presidente colocou o parecer à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, na ausência do GP IL, GP BE, DURP PAN e DURP L.

- 9. Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 443/XV/1.ª \(L\)](#) – Introduce medidas promotoras de transparência na informação pré-contratual relativa à comercialização à distância de serviços financeiros;
Relator: Duarte Alves (PCP)
(6.ª CEOPPH - Comissão competente)**

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) apresentou o seu parecer.

O Senhor Deputado Alexandre Simões (PSD) tomou a palavra para cumprimentar o relator e a nota técnica, mais dizendo que se trata de uma matéria importante, que o PSD acompanhará.

De seguida, o Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) tomou a palavra para agradecer a elaboração do parecer.

Não se verificando pedidos de palavra adicionais, o Senhor Presidente colocou o parecer à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, na ausência do GP IL, GP BE, DURP PAN e DURP L.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 74/XV/ 1.ª SL

10. **Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 450/XV/1.ª \(BE\)](#) – Altera a competência para a instrução de processos relativos ao não pagamento de taxas de portagem (décima alteração da Lei n.º 25/2006, de 30 de junho, que aprova o regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de infraestruturas rodoviárias onde seja devido o pagamento de taxas de portagem);
Relatora: Deputada Inês Sousa Real (PAN)
(6.ª CEOPPH - Comissão competente)**

Estando impossibilitada de comparecer à reunião, a Senhora Deputada relatora enviou um email à Comissão solicitando que ambos os pareceres relativos às iniciativas do presente ponto e do ponto 2 pudessem ser votados na sua ausência.

O Senhor Presidente questionou se haveria oposição ou algum reparo a algum dos pareceres. Tendo obtido resposta negativa dos Senhores Deputados e atendendo a que as iniciativas estavam agendadas para o plenário de 12, colocou cada um dos pareceres à votação separadamente, tendo ambos sido aprovados por unanimidade, na ausência do GP IL, GP BE, DURP PAN e DURP L.

11. **Discussão e votação do relatório da iniciativa europeia [COM\(2022\)597](#) – Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria o Instrumento de prestação de apoio à Ucrânia relativamente a 2023 (assistência macrofinanceira +);
Relatora: Deputada Ana Bernardo (PS)**

A Senhora Deputada Ana Bernardo (PS) apresentou o relatório da sua autoria.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) tomou a palavra para agradecer à Senhora Deputada o seu trabalho. Disse que este mecanismo de apoio é relevante para a sobrevivência do Estado ucraniano, para a manutenção de serviços mínimos para com os cidadãos, atendendo à guerra e à ausência de receitas fiscais. Disse entender que este apoio é importante e que só poderia pecar por defeito. Referiu que poderão vir a ser necessários mais apoios caso o conflito se prolongue e que esta apoio tem toda a solidariedade do PSD.

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) tomou a palavra para referir que este pacote de apoio que não deixa de ter condicionalidades como todos os outros memorandos de entendimento. Referiu as condicionalidades políticas e económicas deste e de outros



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 74/XV/ 1.ª SL

memorandos de entendimento para os povos e os trabalhadores, os quais vão somente ao encontro dos desígnios neoliberais da União Europeia, impondo políticas de austeridade e de ataque aos direitos dos trabalhadores, liberalizando sectores como a saúde e a energia. Assim em coerência com a posição adotada no Parlamento Europeu, e em linha com a posição do PCP em relação a todos os Memorandos de entendimento, o PCP votará contra. Assim, cumprimentando a Senhora Deputada Ana Bernardo (PS), disse que o voto contra, tem relação com o conteúdo do Regulamento e não com o trabalho e relatório da Senhora Deputada.

Não se verificando mais pedidos de palavra, o Senhor Presidente colocou o relatório à votação, tendo o mesmo sido aprovado com os votos a favor do PS, PSD e CH e o voto contra do PCP, na ausência do GP IL, GP BE, DURP PAN e DURP L.

**12. Discussão e votação do relatório final da [Petição n.º 23/XV/1.ª](#) — GPL auto em Portugal;
Relator: Deputado Tiago Brandão Rodrigues (PS)**

O Senhor Deputado Tiago Brandão Rodrigues (PS) apresentou o relatório final da petição de que foi autor. Deixou ainda o desejo de felicidades ao anterior relator, Deputado Hugo Pires (PS), para as suas novas funções de Secretário de Estado.

O Senhor Deputado Alexandre Simões (PSD) disse querer agradecer a iniciativa dos peticionários, sendo este direito muito importante. Agradeceu ainda o trabalho do relator e dos serviços.

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) começou por cumprimentar o relator. Sobre o objeto da petição disse que o Governo responde que o preço do GPL auto é muito inferior, no entanto, não deve ser esquecido que estes consumidores também foram afetados pelo aumento de preços, pelo que se associa às preocupações manifestadas na petição na parte em que se refere à não inclusão do GPL auto, na portaria n.º 140-A/2022, de 29 de abril.

Não se verificando mais pedidos de palavra, o Senhor Presidente colocou o relatório da petição à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, na ausência do GP IL, GP BE, DURP PAN e DURP L.

Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 74/XV/ 1.ª SL

13. Fixação da redação final do texto dos [Projeto de Resolução n.º 244/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Recomenda ao Governo que “assegure o direito ao esquecimento”, dando início à negociação do acordo nacional relativo ao acesso ao crédito e a contratos de seguros por parte de pessoas que tenham superado ou mitigado situações de risco agravado de saúde ou de deficiência, de forma a operacionalizar o direito ao esquecimento consagrado na Lei n.º 75/2021, de 18 de novembro e [Projeto de Resolução n.º 273/XV/1.ª \(PS\)](#) – Recomenda ao Governo que promova a efetiva aplicação do «direito ao esquecimento», nos termos consagrados na Lei n.º 75/2021, de 18 de novembro, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 128.º do RAR;

Não se verificando pedidos de palavra, o Senhor Presidente colocou à votação o texto final dos projetos de resolução, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, na ausência do GP IL, GP BE, DURP PAN e DURP L.

14. Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 461/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Aprova um regime jurídico de transparência dos contratos, acordos e outros documentos relativos a operações que determinem a utilização ou disponibilização de fundos públicos relativamente a entidades pertencentes a sectores estratégicos e procede à segunda alteração da Lei Orgânica n.º 2/2014, de 6 de Agosto; Cabe ao GP PSD (1.ª CACDLG - em conexão)

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) disse que o relator seria designado durante a tarde.

15. Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 465/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Põe fim à cobrança de comissões bancárias abusivas a todos os titulares de crédito, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 57/2020, de 28 de agosto; Cabe ao GP PSD

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) disse que o relator seria designado durante a tarde.

16. Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 468/XV/1.ª \(CH\)](#) – Adota normas de proteção do consumidor de serviços financeiros; Cabe ao GP PS

O Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) referiu que indicaria o autor durante o dia.

Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 74/XV/ 1.ª SL

17. Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 475/XV/1.ª \(BE\)](#) – Estende a todos os contratos de crédito a proibição de cobrança de comissões previstas na Lei n.º 57/2020, de 23 junho (1ª alteração à Lei n.º 57/2020, de 23 de junho);
Cabe ao GP PS

O Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) referiu que indicaria o autor durante o dia.

18. Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 476/XV/1.ª \(BE\)](#) – Consolida e alarga a proibição de comissões, despesas ou encargos de outra natureza cobradas pelas instituições de crédito;
Cabe ao GP PS

O Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) referiu que indicaria o autor durante o dia.

19. Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 479/XV/1.ª \(PS\)](#) – Adota normas de proteção do consumidor de serviços financeiros;
Cabe ao GP PSD

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) disse que o relator seria designado durante a tarde.

20. Deliberação sobre emissão de parecer do [Projeto de Lei n.º 460/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Aprova um regime transitório de isenção de execução de penhora de bens imóveis para a satisfação de garantia real de créditos hipotecários;
Cabe ao GP PSD
(6.ª CEOPPH - Comissão competente)

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) disse que o relator seria designado durante a tarde.

21. Deliberação sobre emissão de parecer do [Projeto de Lei n.º 464/XV/1.ª \(PCP\)](#) – Revogação do aumento decretado das taxas de portagem e limitação da sua atualização ao valor correspondente ao de 2022;
Cabe ao GP PS
(6.ª CEOPPH - Comissão competente)

O Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) disse entender que não se justificaria, no caso, a emissão de parecer, no que foi expressamente acompanhado pelo Senhor deputado Duarte Alves (PCP), tendo assim ficado consensualizado que não seria elaborado parecer.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 74/XV/ 1.ª SL

22. Outros assuntos.

O Senhor Presidente referiu que haveria audições na semana seguinte, do Tribunal de Contas e Conselho Económico e Social.

Mais referiu que iria ser marcada uma reunião de mesa e coordenadores na semana seguinte, para tratar da declaração de retificação relativa ao Orçamento do Estado, consensualizando uma data para reporte de lapsos identificados para que, na medida de possível, não se multiplicassem as declarações de retificação.

Relembrou ainda que, de acordo com o previsto, que este ano seriam indicadas mais cedo as auditorias nos termos da LEO, sugerindo que estas pudessem ser consensualizadas em breve.

A reunião foi [gravada](#), constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A reunião foi encerrada às 11:12 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 11 janeiro 2023.


O PRESIDENTE
(FILIPE NETO BRANDÃO)



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 74/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Bernardo (PS)
Carlos Brás (PS)
Filipe Neto Brandão (PS)
Jamila Madeira (PS)
Miguel Cabrita (PS)
Miguel Matos (PS)
Pedro Anastácio (PS)
Sérgio Ávila (PS)
Alexandre Simões (PSD)
Artur Soveral Andrade (PSD)
Duarte Pacheco (PSD)
Hugo Carneiro (PSD)
João Barbosa De Melo (PSD)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)
Patrícia Dantas (PSD)
Rui Afonso (CH)
Duarte Alves (PCP)
Joana Lima (PS)
Tiago Brandão Rodrigues (PS)
Carlos Eduardo Reis (PSD)
Isaura Morais (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Hugo Costa (PS)
Vera Braz (PS)
Carla Castro (IL)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Pereira (PS)
Ivan Gonçalves (PS)
Rui Vilar (PSD)
Mariana Mortágua (BE)
Inês De Sousa Real (PAN)
Rui Tavares (L)